

Expansion
Transmissão de
Energia Elétrica S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias em 31 de dezembro de
2022 e relatório dos auditores
independentes**

Conteúdo

Relatório de Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	15

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“ETEE” ou “Companhia”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2022.

1) A companhia

A ETEE, é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 5 de outubro de 2000 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	581,50
Tensão em kV:	500
Subestações acessadas:	3

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 183.351 (cento e oitenta e três milhões, trezentos e cinquenta e um mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e R\$ 119.905 (cento e dezenove milhões, novecentos e cinco mil reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021 e R\$ 165.594 (cento e sessenta e cinco milhões, quinhentos e noventa e quatro mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2022 e 2021 são:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
• Liquidez geral	8,36	11,51
• Liquidez corrente	1,76	1,88
• Relação patrimônio líquido/ativo	88,04%	91,31%

• Relação passivo não circulante/ativo	0,01%	0,10%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	27,37%	24,94%
• Relação lucro operacional/Patr. Líquido	39,76%	33,27%
Ativos totais	377.568	368.379
Lucro líquido do exercício	90.982	83.904

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2022, nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança.

Demos sequência ao trabalho iniciado em 2021 e, neste ano, concluímos o Planejamento Estratégico (PE). Desta forma, temos uma visão de longo prazo dos negócios e da organização interna. Somados ao PE, iniciamos a elaboração de instrumentos que irão compor a estrutura de governança após a criação do Conselho de Administração, como o Regimento Interno do Conselho e o Regimento Interno da Diretoria. Evoluímos na estruturação dos nove Comitês de Assessoramento, que estarão ligados ao órgão deliberativo e irão dispor de regimentos internos próprios.

Criamos, também, instâncias, como a área dedicada ao ESG3, que impulsionou relevantes medidas como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas.

Gestão de Riscos

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho.

Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de manter a capacidade de funcionamento de nossa infraestrutura conforme exigentes padrões de qualidade, visando à segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos técnicos e administrativos de nossas atividades e processos.

Ética, Transparência e Compliance

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso de respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, diálogo e transparência com todos os públicos. Como medida de atualização e conscientização dos profissionais, anualmente, todos os colaboradores assinam e concordam formalmente em praticar as premissas firmadas no Código de Ética e Conduta. Com o objetivo de centralizar a condução do tema, em 2022, criamos a divisão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna (RCA).

Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, são oferecidos cursos presenciais, tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais; treinamentos online e pílulas mensais de compliance sobre temas atuais são difundidos por e-mail, como privacidade e proteção de dados, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho.

A Divisão de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por terceira parte independente, que analisa o conteúdo dos relatos e, quando fundamentados, os encaminha à Divisão de Compliance que conduz todas as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos de preocupações críticas são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança.

Em 2022 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia. Além disso, com relação a gestão de riscos, a Companhia age de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho. Em 2021 também iniciou suas atividades centralizadas de controles internos e mapeamento de processos corporativos e realizou sua primeira auditoria interna com equipe própria local.

Em meados de 2022, a Companhia deu mais um grande e significativo passo na jornada ESG, com a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), demonstrando que seu compromisso vai muito além da segurança operacional, e que suas práticas de meio ambiente, sustentabilidade e governança estarão cada vez mais alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o compromisso da Companhia de transmitir energia de forma sustentável e transparente, gerando valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivados em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 11 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada Pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2023.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de março de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

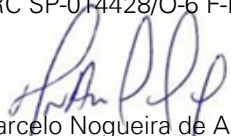
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	44.459	27.001
Concessionárias e permissionárias	8	17.727	16.717
Contas a receber - partes relacionadas	28	9.155	5.699
Estoques	9	2.253	2.242
Adiantamento a fornecedores		82	104
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	164	3.885
Outros impostos a recuperar	10	563	8
Outros ativos circulantes		4.851	3.901
		<u>79.254</u>	<u>59.557</u>
Ativo não circulante			
Impostos diferidos	11	80.846	91.058
Depósitos judiciais	12	42.130	31.917
Outros ativos não circulantes		204	598
Imobilizado não vinculado à concessão	13	628	674
Imobilizado	13	173.147	183.244
Intangível	14	1.359	1.331
		<u>298.314</u>	<u>308.822</u>
Total do ativo		<u><u>377.568</u></u>	<u><u>368.379</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores – terceiros		1.082	399
Fornecedores - partes relacionadas	28	387	555
Tributos e contribuições sociais	15	28.478	20.624
Outros impostos a pagar	15	1.548	1.232
Taxas regulamentares	16	5.601	4.244
Outros passivos circulantes	17	8.013	4.587
		<u>45.109</u>	<u>31.641</u>
Passivo não circulante			
Outras provisões - compensação ambiental		26	24
Provisão para contingências	18	26	339
		<u>52</u>	<u>363</u>
Patrimônio líquido	19		
Capital social		101.747	101.747
Reserva especial de ágio		168.700	168.700
Reserva de Lucros		140.595	144.765
Reserva Legal		16.979	16.979
Prejuízo acumulado		(95.614)	(95.816)
		<u>332.407</u>	<u>336.375</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>377.568</u></u>	<u><u>368.379</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	20	162.216	134.706
Custo de construção e operação	21	<u>(21.323)</u>	<u>(20.107)</u>
Lucro bruto		<u>140.893</u>	<u>114.599</u>
Despesas gerais e administrativas	22	(7.616)	(2.342)
Outras receitas operacionais líquidas	24	<u>(1.126)</u>	<u>(347)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>132.151</u>	<u>111.910</u>
Resultado financeiro	25	<u>3.170</u>	<u>2.555</u>
Receita financeira		4.377	1.671
Despesa financeira		<u>(1.207)</u>	<u>884</u>
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>135.321</u>	<u>114.465</u>
IRPJ e CSLL correntes	26	(34.127)	(20.349)
IRPJ e CSLL diferidos	11 e 26	<u>(10.212)</u>	<u>(10.212)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>90.982</u>	<u>83.904</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	<u>90.982</u>	<u>83.904</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes	<u>90.982</u>	<u>83.904</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					
	Capital social	Reserva especial de ágio	Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	101.747	168.700	16.979	109.411	(76.421)	320.416
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	83.904	83.904
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 19)	-	-	-	-	(5.979)	(5.979)
Dividendos intermediários (nota explicativa 19)	-	-	-	(61.966)	-	(61.966)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 19)	-	-	-	97.320	(97.320)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	101.747	168.700	16.979	144.765	(95.816)	336.375
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	90.982	90.982
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 19)	-	-	-	-	(8.664)	(8.664)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 19)	-	-	-	82.116	(82.116)	-
Dividendos intermediários (nota explicativa 19)	-	-	-	(86.286)	-	(86.286)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	101.747	168.700	16.979	140.595	(95.614)	332.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		135.321	114.465
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos a pagar		-	278
Depreciação e amortização		11.224	11.152
Reversão de depreciação acumulada por obsolescência		-	(173)
Baixa de imobilizado e intangível		-	407
Provisão para perda de crédito esperada	8	961	(37)
Provisão para contingência	18	(313)	2
Atualização monetária - Compensação ambiental		1	6
Custo de transação de financiamento		-	24
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(1.971)	(3.540)
Contas a receber - partes relacionadas		(3.455)	(3.302)
Imobilizado e intangível		60	-
Estoques		(11)	(20)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		3.721	(3.843)
Outros impostos a recuperar		(555)	(3)
Adiantamentos a fornecedores		22	74
Depósitos judiciais		(10.212)	(10.212)
Outros ativos		(558)	(1.117)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores diversos e partes relacionadas		515	(128)
Tributos e contribuições sociais		1.971	8.234
Taxas regulamentares		1.357	(487)
Outros passivos		3.427	(4.651)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		141.505	107.129
Compensação Ambiental		-	(100)
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(25.568)	(21.851)
Outros impostos pagos		(3.660)	(4.532)
Juros pagos		-	(1.330)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		112.277	79.316
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	13/14	(1.169)	(2.812)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(1.169)	(2.812)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos pagos		-	(135.000)
Dividendos pagos	19	(86.286)	(62.634)
Juros sobre capital próprio pagos	19	(7.364)	(5.082)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(93.650)	(202.716)
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		17.458	(126.212)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		27.001	153.213
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		44.459	27.001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“ETEE” e/ou “Companhia”), é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 5 de outubro de 2000 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A Companhia iniciou suas operações em 23 de dezembro de 2002, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em 31 de outubro de 2017 ocorreu uma reestruturação societária entre Companhias investidas pela SGBH. Nesta operação societária que foi aprovada através do Ofício nº 701/2016-SFF/ANEEL, datado de 30 de dezembro de 2016, a Companhia realizou uma operação de incorporação reversa com sua controlada direta SGBH-E.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

Em 31 de agosto de 2000 o Consórcio constituído pelos acionistas da Companhia na época foi declarado vencedor de leilão público, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à Expansão da Interligação Norte-Sul. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 29 de novembro de 2000, foi publicado no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2000.

No dia 20 de dezembro de 2000, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 096/2000 - Expansão da Interligação Norte - Sul, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, de Goiás e Minas Gerais:

- (i) Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Itumbiara, com extensão aproximada de 295 km, com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Itumbiara, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 296 km devido à características do local em que a linha foi implantada.
- (ii) Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Emborcação, com extensão aproximada de 280 km com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Emborcação, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 285 km devido à características do local em que a linha foi implantada.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$ 52.000 (cinquenta e dois milhões de reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

Em 14 de julho de 2020 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 119.904 (cento e dezenove milhões, novecentos e quatro mil reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 165.593 (cento e sessenta e cinco milhões, quinhentos e noventa e três mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 183.351 (cento e oitenta e três milhões, trezentos e cinquenta e um mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2022.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas pela Administração em 27 de abril de 2023.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis regulatórias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

3 Resumo das principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1 Ativo imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja notas explicativas 11 - Imobilizado e 12 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo `Em curso` correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada

3.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4 Resumo das práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias

4.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS – Programa de Integração Social, com alíquota de 0,65%, e à COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

4.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

- **Classificação e mensuração** – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.
- b. Passivos financeiros**
Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.11 Transação com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4.12 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias .

- (a) **Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes** – (alteração do CPC 26 (R1)) – As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao CPC 26 (R1) e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações contábeis regulatórias no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.
- (b) **Definição de Política Contábil de “estimativas contábeis”** – (alteração do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro): A alteração na norma tem objetivo de mudar o conceito de “estimativas contábeis” no lugar de “mudança nas estimativas contábeis”, destacando o conceito de estimativa e suas normas aplicáveis. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliou as alterações contidas no referido CPC e não foi identificado nenhum impacto nas avaliações internas sobre apurações das estimativas para 31 de dezembro de 2022.
- (c) **Divulgações de Políticas Contábeis** – (alterações ao CPCs 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros, CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria e CPC 21 – Demonstração Intermediária): A mudança se refere a inclusão da definição de “políticas contábeis” e a substituição deste termo para “informação de política contábil, a atrelando a materialidade de seus saldos e sua a razoabilidade na influência nas decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis para fins gerais tomam com base. Caso a entidade entender que precise divulgar informações de política contábil imateriais, tais informações não devem obscurecer as informações de política contábil relevantes; e informar nas demonstrações contábeis a conclusão da entidade de que as informações de política contábil são imateriais e não afetam os requisitos de divulgação relacionados estabelecidos em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- (d) **Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação** – (alteração no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro): A alteração deste pronunciamento técnico se refere ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo diferido onde deve ser levado em conta se há ocorrência de diferença temporária igualmente tributável e dedutível, sendo estes decorrentes a uma única transação para transações que ocorram em ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.

- (e) **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia:
- (i) Adiamento da Isenção temporária do CPC 48 no CPC 11 – Contratos de Seguro (alterações dos CPC 48/ IFRS 9 e CPC 11);
 - (ii) Alterações na norma internacional IFRS 17 – Insurance Contracts – (alteração ao CPC 50 – Contratos de Seguro)

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias .

Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias .

6 Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário e demonstração do resultado

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		79.254	107.748	187.002	59.557	124.603	184.160
Caixa e equivalentes de caixa		44.459	-	44.459	27.001	-	27.001
Concessionárias e permissionárias		17.727	-	17.727	16.717	-	16.717
Contas a receber – partes relacionadas		9.155	-	9.155	5.699	-	5.699
Estoques		2.253	-	2.253	2.242	-	2.242
Adiantamentos a fornecedores		82	-	82	104	-	104
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		164	-	164	3.885	-	3.885
Outros impostos a recuperar		563	-	563	8	-	8
Ativos de contrato	a	-	107.748	107.748	-	124.603	124.603
Outros ativos circulantes		4.851	-	4.851	3.901	-	3.901
Ativo não circulante		298.314	70.761	369.075	308.822	58.710	367.532
Ativos de contrato	a	-	243.519	243.519	-	241.239	241.239
Impostos diferidos		80.846	-	80.846	91.058	-	91.058
Depósitos Judiciais		42.130	-	42.130	31.917	-	31.917
Outros ativos não circulantes		204	-	204	598	-	598
Imobilizado não vinculado à concessão		628	-	628	674	-	674
Imobilizado	b	173.147	(171.828)	1.319	183.244	(181.599)	1.645
Intangível	b	1.359	(930)	429	1.331	(930)	401
		377.568	178.509	556.077	368.379	183.313	551.692

*Expansion Transmissão
de Energia Elétrica S.A.
Demonstrações contábeis
regulatórias em
31 de dezembro de 2022*

Nota	31/12/2022			31/12/2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo circulante	45.109	-	45.109	31.641	-	31.641
Fornecedores –terceiros	1.082	-	1.082	399	-	399
Fornecedores – partes relacionadas	387	-	387	555	-	555
Imposto de renda e contribuição social a pagar	28.478	-	28.478	20.624	-	20.624
Outros impostos a pagar	1.548	-	1.548	1.232	-	1.232
Taxas regulamentares	5.601	-	5.601	4.244	-	4.244
Outros passivos circulantes	8.013	-	8.013	4.587	-	4.587
Passivo não circulante	52	101.033	101.085	363	105.635	105.998
Outras provisões - compensação ambiental	26	-	26	24	-	24
Provisão para contingências	26	-	26	339	-	339
Impostos diferidos	-	101.033	101.033	-	105.635	105.635
Patrimônio líquido	332.407	77.476	409.883	336.375	77.678	414.053
Capital social	101.747	-	101.747	101.747	-	101.747
Reservas especial de ágio	168.700	-	168.700	168.700	-	168.700
Reserva de lucros	140.595	(18.138)	122.457	144.765	(18.138)	126.627
Reserva legal	16.979	-	16.979	16.979	-	16.979
Prejuízo acumulado	(95.614)	95.614	-	(95.816)	95.816	-
	377.568	178.509	556.077	368.379	183.313	551.692

*Expansion Transmissão
de Energia Elétrica S.A.
Demonstrações contábeis
regulatórias em
31 de dezembro de 2022*

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	162.216	(14.043)	148.173	134.706	25.136	159.842
Custo de construção e operação	e	(21.323)	9.771	(11.552)	(20.107)	9.814	(10.293)
Lucro bruto		140.893	(4.272)	136.621	114.599	34.950	149.549
Despesas gerais e administrativas		(7.616)	-	(7.616)	(2.342)	-	(2.342)
Outras despesas operacionais líquidas		(1.126)	-	(1.126)	(347)	-	(347)
Resultado antes do resultado financeiro		132.151	(4.272)	127.879	111.910	34.950	146.860
Resultado financeiro		3.170	-	3.170	2.555	-	2.555
Receita financeira		4.377	-	4.377	1.671	-	1.671
Despesa financeira		(1.207)	-	(1.207)	884	-	884
Resultado antes dos impostos sobre lucros		135.321	(4.272)	131.049	114.465	34.950	149.415
Imposto de renda e contribuição social correntes	c	(34.127)	-	(34.127)	(20.349)	-	(20.349)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	c	(10.212)	4.070	(6.142)	(10.212)	(15.556)	(25.768)
Lucro líquido do exercício		90.982	(202)	90.780	83.904	19.394	103.298

6.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido Societário	<u>409.883</u>	<u>414.053</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(351.267)	(365.842)
Impostos Diferidos Ativos	-	-
Imobilizado não vinculado	-	-
Intangível não vinculado	-	-
Imobilizado	171.828	181.599
Intangível	930	930
Impostos Diferidos Passivos	<u>101.033</u>	<u>105.635</u>
Patrimônio Líquido Regulatório	<u><u>332.407</u></u>	<u><u>336.375</u></u>

6.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido Societário	<u>90.780</u>	<u>103.299</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato conforme CPC 47	(110.401)	(107.450)
Margem de construção	149.216	123.707
Ajuste receitas variáveis	(23.327)	(41.366)
PIS/COFINS Diferido	(532)	952
Depreciação regulatória	(10.684)	(10.794)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	<u>(4.070)</u>	<u>15.556</u>
Lucro Líquido Regulatório	<u><u>90.982</u></u>	<u><u>83.904</u></u>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b. *Imobilizado e intangível*

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional é reconhecido como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c. *Impostos diferidos*

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d. *Receita*

Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas demonstrações contábeis regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e. Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas demonstrações contábeis regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	1
Banco	412	2.292
Aplicações financeiras (i)	44.047	24.708
	44.459	27.001

Companhia estruturou as suas aplicações financeiras em grande parte por meio da participação em CDBs e um pequeno montante no fundo de investimento Safrá Executive Max Renda Fixa. Os CDBs e o Fundo de Investimento podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média de 102,66% CDI em 2022 e de 102,7% do CDI em 2021. A variação refere-se a sobra de caixa aplicadas em função principalmente de maiores receitas como o reajuste anual de RAP (correção da inflação).

8 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	15.868	14.940
Vencidas até 30 dias	28	11
Vencidas até 60 dias	6	1
Vencidas até 90 dias	17	1
Vencidas até 120 dias	9	5
Vencidas até 180 dias (i)	911	2
Vencidas há mais de 180 dias	1.888	1.796
	18.727	16.756
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (i)	(1.000)	(39)
	17.727	16.717

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(39)	(76)
Reversão	14	45
Adição	(975)	(8)
Saldo final	(1.000)	(39)

(i) Variação refere-se ao AVC complementar do grupo Quinturará de junho/2022 ainda não recebidos.

9 Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Almoxarifado de manutenção e operação (i)	2.253	2.242
	<u>2.253</u>	<u>2.242</u>

- (i) As peças de almoxarifado são consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício.

10 Impostos a recuperar

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ saldo negativo (i)	120	2.687
CSLL saldo negativo (i)	44	1.198
	<u>164</u>	<u>3.885</u>

Outros impostos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
Pis /Cofins e Csll	4	4
IRRF sobre aplicação financeira (ii)	428	-
IRRF retido de clientes	80	-
ISS a recuperar	4	4
Outros impostos a recuperar	47	-
	<u>563</u>	<u>8</u>

- (i) A variação se refere aos créditos de saldo negativo que foram utilizados durante o ano de 2022;
(ii) IRRF sobre aplicação financeira que será utilizado no decorrer de 2023.

11 Impostos diferidos

Os tributos diferidos ativos referem-se ao crédito fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição da controlada SGBH-E, os quais foram incorporados. O benefício será realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram até o ano de 2028.

	31/12/2022	31/12/2021
IR e CSLL Diferidos ativos (crédito fiscal incorporação)	80.846	91.058
	<u>80.846</u>	<u>91.058</u>

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo
Saldo em 31 de dezembro de 2021	91.058
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	(10.212)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	80.846
Saldo em 31 de dezembro de 2020	101.270
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	(10.212)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	91.058

12 Depósitos judiciais

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos Judiciais (i)	42.130	31.917
	42.130	31.917

- (i) Os depósitos judiciais referem-se principalmente aos processos 0361241-27.2010.8.09.0000, no valor de R\$ 1.464 (um milhão , quatrocentos e sessenta e quatro mil reais), onde discute-se o reconhecimento de auto de infração em uma obrigação tributária, e ao processo 5003229-44.2019.4.02.5101 no valor de R\$ 40.630 (quarenta milhões, seiscentos e trinta mil reais) que discute o direito de amortizar o ágio decorrente da incorporação da SGBH-E e SGBH-T na ETEE e ETIM. Variação refere-se substancialmente a depósito complementar feito por decisão judicial referente ao processo 5003229-44.2019.4.02.5101 , no valor de R\$ 10.212 (dez milhões, duzentos e doze mil reais).

13 Imobilizado

a. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	369.790	-	-	539	370.329	539	(204.723)	165.606	175.719
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.666	-	-	-	4.666	-	(3.268)	1.398	1.554
Máquinas e equipamentos	364.163	-	-	113	364.276	113	(200.760)	163.516	173.793
Veículos	745	-	-	426	1.171	426	(504)	667	339
Móveis e utensílios	216	-	-	-	216	-	(191)	25	33
Administração	2.157	-	-	72	2.229	72	(974)	1.255	1.491
Máquinas e equipamentos	1.617	-	-	72	1.689	72	(552)	1.137	1.331
Veículos	490	-	-	-	490	-	(385)	105	144
Móveis e utensílios	50	-	-	-	50	-	(37)	13	16
	371.947	-	-	611	372.558	611	(205.697)	166.861	177.210
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	5.883	855	-	(515)	6.223	340	-	6.223	5.883
Máquinas e equipamentos	51	113	-	(89)	75	24	-	75	51
Outros	5.832	742	-	(426)	6.148	316	-	6.148	5.832
Administração	151	8	-	(96)	63	(88)	-	63	151
Máquinas e equipamentos	135	8	-	(96)	47	(88)	-	47	135
Outros	16	-	-	-	16	-	-	16	16
	6.034	863	-	(611)	6.286	252	-	6.286	6.034
Ativo imobilizado	377.981	863	-	-	378.844	863	(205.697)	173.147	183.244

*Expansion Transmissão
de Energia Elétrica S.A.
Demonstrações contábeis
regulatórias em
31 de dezembro de 2022*

	<u>Valor em 31/12/2021</u>	<u>Adições (a)</u>	<u>Baixas (b)</u>	<u>Transf. (c)</u>	<u>Valor em 31/12/2022</u>	<u>Adições líquidas = (a)-(b)+(c)</u>	<u>Depreciação acum.</u>	<u>Valor líquido em 31/12/2022</u>	<u>Valor líquido em 31/12/2021</u>
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	1.580	125	-	-	1.705	125	(1.077)	628	674
Ativo não vinculado	1.580	125			1.705	125	(1.077)	628	674

b. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	7,81%	370.329	(204.723)	165.606	175.719
Administração	7,51%	2.229	(974)	1.255	1.491
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	1.705	(1.077)	628	674
		374.263	(206.774)	167.489	177.884

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%
Máquinas e equipamentos	10,00%

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
Imobilizado não vinculado à concessão	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Software	20,00%

O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

13.1 A composição das adições do ativo imobilizado por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Material / Equipamentos
Transmissão	
Veículos	426
Projetos - diversos	316
Máquinas e Equipamentos	113
Total das adições	855

Adições do ativo imobilizado em curso	Material / Equipamentos
Administração	
Máquinas e Equipamentos	8
Total das adições	8

13.2 As principais adições / transferências (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2022

	Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1			
.	HILUX CD DSL POWER PACK 4X4	VEÍCULOS	232
2			
.	VEICULOS - FIAT MOBI LIKE - COR BRANCO	VEÍCULOS	194
3			
.	EQUIP GERAL - KIT CAMERA, CARREGADOR + BATERIA	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	34
4			
.	FIBRA OTICA - ATR BANDOLA VIA ÚNICA	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	32
5			
.	FIBRA OTICA - ALCA PREFORMADA P/ CABO OPGW	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	17
6			
.	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO - RADIO TRANSECTOR MOVEL DIGITAL HYTERA	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	20
7			
.	EQUIPAMENTOS GERAIS - GELADEIRA/REFRIGERADOR	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10
	Total das adições		539

Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
8	MAQUINAS E	
. EQUIP GERAL - MONITOR DELL DE 23" P2319H	EQUIPAMENTOS	66
9	MAQUINAS E	
. EQUIP GERAL - FORTIGATE-60F	EQUIPAMENTOS	6
Total das adições		72

13.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2022

No exercício de 2022 não foram realizadas baixas de ativos imobilizado em serviço.

14 Intangível

a. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	923	-	-	32	955	32	(126)	829	829
Servidões	766	-	-	-	766	-	-	766	766
Softwares	157	-	-	32	189	32	(126)	63	63
Administração	372	-	-	183	555	183	(247)	308	186
Softwares	335	-	-	172	507	172	(247)	260	149
Direito, Marcas e Patentes	37	-	-	11	48	11	-	48	37
	1.295	-	-	215	1.510	215	(373)	1.137	1.015
Ativo intangível em curso									
Transmissão	101	32	-	(32)	101	-	-	101	101
Softwares	101	32	-	(32)	101	-	-	101	101
Administração	215	89	-	(183)	121	(94)	-	121	215
Direito, Marcas e Patentes	-	11	-	(11)	-	-	-	-	-
Softwares	215	78	-	(172)	121	(94)	-	121	215
	316	121	-	(215)	222	(94)	-	222	316
Ativo Intangível	1.611	121	-	-	1.732	121	(373)	1.359	1.331

b) Taxas de amortização

		31/12/2022		31/12/2021	
	Taxas anuais médias de amortização (%) ⁽ⁱ⁾	Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	0,15%	955	(126)	829	829
Administração	10,00%	555	(247)	308	186
		1.510	(373)	1.137	1.015

- (i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

14.2 A composição das adições do ativo intangível por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do Intangível em curso	Valor
Transmissão	
Software	32
Total das adições	32
Administração	
Software	78
Direito, Marcas e Patentes	11
Total das adições	89

14.3 As principais adições/transferências (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2022

Transmissão - Descrição do Bem		Grupo	Em R\$ mil
1.	LICENCA DE USO DE SOFTWARE + SERVIÇO DE SUPORTE DE INSTALAÇÃO DE SOFTWARE	SOFTWARE	24
2.	SERVICOS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO P&D DO PROJETO LICENCA DE USO DO SOFTWARE GIS	SOFTWARE	8
Total das adições			32
Administração - Descrição do Bem		Grupo	Em R\$ mil
3.	CURSO DE EXCEL COMPLETO NA MODALIDADE LMS	SOFTWARE	94
	TREINAMENTO ONLINE PARA PLATAFORMA LMS	SOFTWARE	38
4.	CURSOS: NEGOCIACAO E INFLUENCIA, INTELIGENCIA EMOCIONAL E GESTAO DO TEMPO	SOFTWARE	36
5.	TREINAMENTO ONLINE PARA PLATAFORMA LMS	DIREITOS DE MARCARS E PATENTES	11
6.	DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NAO-CUSTOMIZAVEIS - AHGORA	SOFTWARE	2
7.	SOFTWARE 'FORTIGATE-60F APPLICATION CONTROL, WEB FILTERING, ANTISPAM SERVICE, AND 24X7 FORTIC	SOFTWARE	2
Total das adições			183

14.4 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2022

Não houve baixas de ativo intangível em serviço no exercício de 2022.

15 Impostos e contribuições sociais a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ (i)	21.158	15.268
CSLL (i)	7.320	5.356
	<u>28.478</u>	<u>20.624</u>
PIS	101	84
COFINS	472	389
INSS	532	381
FGTS a pagar	211	152
IRRF retido na fonte	85	79
ISS	71	73
Outros	76	74
	<u>1.548</u>	<u>1.232</u>

(i) Variação refere-se a créditos retido de clientes e aplicações financeiras não utilizados para abatimento do IRPJ e CSLL do exercício de 2022. Os créditos só serão utilizados em 2023 na elaboração da ECF do ano-calendário.

16 Taxas regulamentares

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	(813)	(960)
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	105	100
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	6.309	5.104
	<u>5.601</u>	<u>4.244</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 03 de agosto de 2022, através do Despacho nº 2.110 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 382 (trezentos e oitenta e dois mil reais).

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 14 de julho de 2022, através do Despacho nº 1.904 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 657 (seiscentos e cinquenta e sete mil reais).

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

17 Outros passivos circulantes

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de férias (i)	3.409	2.143
Provisão de Bônus (ii)	3.954	2.007
IRRF funcionários	650	437
	8.013	4.587

- (i) Variação refere-se ao aumento do quadro de funcionários da Companhia, de salários, das médias (hora extra, promoções e méritos).
- (ii) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program). Variação refere-se a atualização de métrica na provisão de bônus adequando-se ao histórico de pagamento e considerando os targets dos KPIs para fins de cálculo de bonificação dos últimos anos.

18 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos envolvendo questões fiscais e de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Fiscal	-	277
Servidões	26	62
	26	339

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Fiscais	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>277</u>	<u>62</u>	<u>339</u>
Adições e reversões, líquidas (i)	<u>(277)</u>	<u>(36)</u>	<u>(313)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>26</u>	<u>26</u>
	Fiscais	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>275</u>	<u>62</u>	<u>337</u>
Adições e reversões, líquidas (ii)	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>2</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>277</u>	<u>62</u>	<u>339</u>

- (i) As reversões ocorreram devido a extinção do risco provável, passando para um risco remoto de acordo com relatório do escritório de advocacia responsável, devido a dois processos administrativos da companhia com a Receita Federal referente a PERDCOMP (15374.951988/2009-42 e 15374.953952/2009-01).
- (ii) As adições ocorreram, basicamente, em razão da movimentação dos processos, com ocorrência de decisão judicial. Portanto, não houve conversão de valores em favor da Companhia; e as provisões constituídas referem-se ações judiciais envolvendo servidão de passagem, e a ações judiciais e processos administrativos fiscais, de inadimplência no momento da compra da Companhia e que discutem diversos tributos, tais como, ICMS e ISS.

Contingências possíveis (não provisionadas)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fiscais, ambientais e servidão, conforme segue:

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Fiscal (i)	1.098	8.974
Ambiental (ii)	461	140
Servidão (iii)	<u>7.858</u>	<u>1.098</u>
	<u>9.417</u>	<u>10.212</u>

- (i) **Processos Fiscais:** A maior variação nos processos fiscais refere-se ao Processo nº 0361241-27.2010.8.09.0000, no qual a ETEE contende com município Orizona, Estado de Goiás, e busca a rescisão de acórdão que em sede de embargos à execução fiscal não notou a existência de dois autos de infração lavrados contra uma única infração tributária, fato este que gerou a penhora de dívida fiscal já quitada pela Companhia. O recurso ao Superior Tribunal de Justiça recebeu novo número de identificação processual, diverso, portanto, do número do processo principal, e foi alocada contingência possível no processo referente ao recurso da ETEE. Revendo o processo relacionado ao recurso feito ao referido Tribunal, a ETEE compreendeu pela inexistência do risco possível nele alocado, na medida em que já havia contingenciado o risco no processo principal. Diante disso, a ETEE unificou o processo do recurso como apenso do mencionado processo principal (Processo nº 0361241-27.2010.8.09.0000), e extinguiu a contingência alocada no processo do recurso feito pela Companhia ao Superior Tribunal de Justiça. O recurso feito encontra-se pendente de julgamento no mencionado Superior Tribunal de Justiça.
- (ii) **Processos ambientais:** Referem-se a ações administrativas ou judiciais e/ou autos de infração de natureza ambiental recebidos pela Companhia, nos quais se discute, por exemplo, condicionantes de licenças. Destaca-se o Processo nº 1001061-88.2017.4.01.3500, com contingência de R\$ 140 (cento e quarenta mil reais) que é uma ação anulatória de auto de infração ajuizada pela Companhia contra multa aplicada pelo IBAMA Goiás, e a Companhia venceu em juízo em Abril de 2018, porém o IBAMA interpôs recurso que aguarda julgamento.

Servidões: Referem-se a ações ajuizadas pela Companhia para implementar servidão administrativa de passagem em áreas específicas (fração de imóveis) onde são instaladas as torres de transmissão de energia elétrica.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 101.747 (cento e um milhões, setecentos e quarenta e sete mil reais) dividido em 101.747.039 (cento e um milhões, setecentos e quarenta e sete mil e trinta e nove) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	2022 e 2021
State Grid Brazil Holding S. A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	<hr/> 100% <hr/>

b. Reserva especial de ágio

A Reserva especial de ágio foi constituída decorrente do acervo líquido resultante da incorporação reversa da SGBH-E na ETEE em 31 de outubro de 2017.

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. A partir de 2017 não foi constituída a reserva legal, pois o limite previsto na Lei foi atingido.

d. Reserva de retenção de lucros

Em 2021 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, pagamento de dividendos adicionais e reversão da reserva especial de lucros a realizar, ficando disponível o montante R\$ 97.320 (noventa e sete milhões, trezentos e vinte mil reais) na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas, de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após destinação dos lucros acumulados, pagamento de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio ficando disponível o montante de R\$ 82.116 (oitenta e dois milhões, cento e dezesseis mil reais).

e. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício - societário	90.780	103.299
Base de cálculo para os dividendos	<u>90.780</u>	<u>103.299</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u>908</u>	<u>1.033</u>
Juros sobre capital próprio (i)	<u>(8.664)</u>	<u>(5.979)</u>

- (i) O Juros sobre o Capital Próprio (JCP), foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995, e aprovado pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14/12/2022.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 47.945 (quarenta e sete milhões, novecentos e quarenta e cinco mil reais). Esse montante, bem como o valor de dividendo mínimo obrigatório de 31 de dezembro de 2020, foi pago nos meses de agosto e novembro de 2021 totalizando R\$ 48.613 (quarenta e oito milhões, seiscentos e treze mil reais).

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de novembro de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 14.020 (quatorze milhões vinte mil reais). Esse montante foi pago em dezembro de 2021.

Através da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2021, a Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 5.979 (cinco milhões novecentos e setenta e nove mil reais) referente ao exercício social de 2021. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 896 (oitocentos e noventa e seis mil reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$5.082 (cinco milhões, oitenta e dois mil reais). Esse montante foi totalmente pago em dezembro de 2021. Devido ao valor de juros sobre capital próprio ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de maio de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 89.547 (oitenta e nove milhões, quinhentos e quarenta e sete mil reais). Em 01 de dezembro de 2022 os conselheiros deliberaram por unanimidade, por rerratificar a ata realizada em 24 de maio de 2022 de modo que passe a constar R\$ 86.286 (oitenta e seis milhões, duzentos e oitenta e seis mil reais). Esse montante foi pago no decorrer do exercício de 2022.

Através da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de dezembro de 2022, os acionistas aprovaram, por unanimidade, o pagamento de juros sobre capital próprio no valor total de R\$ 8.664 (oito milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil reais) referente ao exercício social de 2022. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 1.300 (um milhão e trezentos mil reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$7.364 (sete milhões, trezentos e sessenta e quatro mil reais). Esse montante foi totalmente pago em 27 de dezembro de 2022. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2022.

20 Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta (i)	174.539	144.334
Receita de rateio de antecipação	(4.314)	(692)
Receita de encargos de transmissão	166.337	135.822
Receita de novas obras RBNI	9.007	6.927
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(4.748)	(2.878)
Indisponibilidade de equipamentos	(275)	-
Outras receitas de operação	17	-
Descontos Incidentes na TUST	8.515	5.155
Deduções da receita operacional	(12.323)	(9.628)
PIS	(1.135)	(938)
COFINS	(5.239)	(4.330)
P&D	(1.622)	(1.347)
RGR	(3.702)	(2.498)
TFSEE	(625)	(515)
	162.216	134.706

(i) Variação referente ao reajuste do ciclo realizado em julho/2022.

21 Custo da operação

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(6.704)	(6.321)
Material	(971)	(649)
Serviços de terceiros	(1.743)	(1.364)
Depreciação e amortização	(10.684)	(10.794)
Gastos diversos	(866)	(760)
Outros	(355)	(219)
	(21.323)	(20.107)

22 Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pessoal	(2.995)	(3.484)
Administradores	(184)	(270)
Material	(91)	(107)
Serviços de terceiros	(492)	(788)
Arrendamentos e aluguéis	(133)	(115)
Doações	-	(726)
Provisão/reversão (i)	(961)	3.898
Tributos	(15)	(3)
Depreciação e amortização	(370)	(199)
Despesas de viagem	(494)	(141)
Patrocínios (ii)	(1.000)	-
Telecomunicações	(161)	(153)
Outras	(720)	(254)
	<u>(7.616)</u>	<u>(2.342)</u>

- (i) Valor de 2021, refere-se substancialmente a baixa de provisão de tributação de benefícios a expatriados, enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN. Em 2022, valor refere-se a provisão para perda de crédito esperada do grupo Quinturaré conforme nota explicativa 8.
- (ii) Valor refere-se principalmente a patrocínios de projetos sociais como Fundo Municipal do Idoso e Associação Cultural Armando Prazeres.

23 Despesas com pessoal

Pessoal - operação	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	(4.303)	(4.063)
Encargos	(1.478)	(1.387)
Outros Benefícios - Corrente	(827)	(700)
Previdência Privada	(89)	(96)
Outros	(7)	(75)
	<u>(6.704)</u>	<u>(6.321)</u>
Pessoal - administração	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	(1.692)	(1.974)
Encargos	(691)	(775)
Benefícios	(35)	(383)
Previdência Privada	(293)	(30)
Administradores	(184)	(270)
Outros	(284)	(322)
	<u>(3.179)</u>	<u>(3.754)</u>
	<u>(9.883)</u>	<u>(10.075)</u>

24 Outras despesas/receitas operacionais

Neste grupo apresentamos as atividades não vinculadas a concessão conforme abaixo

	31/12/2022	31/12/2021
Rendas da prestação de serviços (i)	20	790
Demais receitas e rendas (ii)	-	102
Pessoal	(201)	(248)
Depreciação	(170)	(159)
Tributo sobre a receita	(2)	(84)
Serviços de O&M	(732)	(687)
Outros	(41)	(61)
	<u>(1.126)</u>	<u>(347)</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente na provisão da receita de dispêndios (reembolso do custo dos estudos técnicos vinculados à concessão da Companhia Silvânia Transmissora de Energia nos termos do art. 21 da lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995) que ocorreu no exercício de 2021.
- (ii) Variação refere-se substancialmente no ganho na alienação de veículos totalmente depreciados no exercício de 2021.

25 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receita financeira	<u>4.377</u>	<u>1.671</u>
Receitas de aplicações financeiras (i)	4.179	1.434
Outras receitas financeiras	411	318
Tributos sobre receitas financeiras	(213)	(81)
Despesa financeira	<u>(1.207)</u>	<u>884</u>
Juros sobre empréstimos - terceiros (ii)	-	(278)
Juros e multas	(380)	(542)
Outras despesas financeiras (iii)	(827)	1.704
	<u><u>3.170</u></u>	<u><u>2.555</u></u>

- (i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento de valores aplicados no exercício de 2022 referente a sobra de Caixa conforme mencionado na nota explicativa 7.
- (ii) Variação refere-se na provisão de juros sobre debêntures devido a quitação do empréstimo em 2021.
- (iii) Variação refere-se a baixa de atualização monetária de provisão de tributação de benefícios a expatriados, no exercício de 2021, enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN.

26 Conciliação de imposto de renda e contribuição social (Lucro Real)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro societário antes do imposto de renda e contribuição social	<u>131.049</u>	<u>149.416</u>
Adições/Exclusões não dedutíveis	4.851	(4.272)
Ajustes de ICPC 01	6.905	(46.769)
Juros s/ Capital Próprio	(8.664)	(5.980)
Amortização Ágio (Goodwill)	(30.036)	(30.035)
Outros	<u>(1.158)</u>	<u>-</u>
Lucro Real	<u>102.947</u>	<u>62.360</u>
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(25.713)	(15.566)
Inc. Fiscais	955	830
IRPJ devido (25%)	<u>(24.758)</u>	<u>(14.736)</u>
CSLL (9%)	<u>(9.369)</u>	<u>(5.613)</u>
IR e CS correntes	(34.127)	(20.349)
IR e CS diferidos	<u>(10.212)</u>	<u>(10.212)</u>
	<u>(44.339)</u>	<u>(30.561)</u>
Alíquota efetiva	<u>26%</u>	<u>14%</u>

27 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 27.1, não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Os instrumentos financeiros da Companhia demonstrado no quadro abaixo estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. /Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

27.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	7	44.459	27.001
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	28	9.155	5.699
Concessionárias e permissionárias	8	17.727	16.717
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores – terceiros	-	1.082	398
Fornecedores - partes relacionadas	28	387	555

27.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. *Riscos de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. *Riscos de taxa de juros*

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em Reais	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	44.459	27.001
Contas a receber partes relacionadas	9.155	5.699
Concessionária e Permissionárias	17.727	16.717

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

28 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

28.1 Ativo

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber – partes relacionadas	<u>9.155</u>	<u>5.699</u>
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	9.087	4.445
Outros	<u>68</u>	<u>1.254</u>
Intercompany Matrinchã - Despesas de aluguel	33	33
Intercompany Guaraciaba - Despesas de aluguel	33	33
Intercompany STE - Despesas de leilão	-	1.188
Intercompany SGBH - Reembolso da Gemini	2	-

28.2 Passivo

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores – partes relacionadas	387	555
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	171	341
Outros	216	214
Intercompany ATE - Despesas de pessoal	25	25
Intercompany ETIM - Despesas de pessoal	22	22
Intercompany Iracema - Despesas de pessoal	29	29
Intercompany ITE - Despesas de pessoal	9	9
Intercompany LTMC - Despesas de pessoal	24	24
Intercompany PCTE - Despesas de pessoal	26	26
Intercompany RPTE - Despesas de pessoal	7	7
Intercompany SMTE - Despesas de pessoal	72	72
Intercompany XRTE - Despesas de ISS	2	-

28.3 Resultado

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado – partes relacionadas	28.776	14.908
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	(120)	(98)
Aluguel (ii)	28.931	14.248
Receita de Dispêndios - Silvânia Transmissora de Energia (iii)	-	758
Serviços de engenharia SGSE (iv)	(35)	-

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. A variação refere-se no aumento dos custos de folha de pagamento das Companhias do grupo devido ampliação do quadro de funcionários, inclusão de benefícios ao pacote dos funcionários (previdência privada) e alteração na premissa para cálculo na provisão do bônus. Em abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.
- (iii) Valor refere-se a estudos técnicos vinculados à concessão da Companhia Silvânia Transmissora de Energia nos termos do art. 21 da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.
- (iv) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023.

28.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	341	424
Benefícios diretos e indiretos	60	90
Encargos	203	237
Provisões (13 salário, férias e bônus)	275	294
Valor total da remuneração	879	1.045

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

29 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

30 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	122.101	122.101
Veículos	Carros	1.848	1.110
		143.949	143.211

Ramon Sade Haddad	Jorge Bauer	Mariana de Oliveira Barbosa
Diretor Presidente	Diretor	Contadora - CRC RJ -
103573/O-2		